

Os cristãos e a participação política

JOSÉ LUÍS RAMOS PINHEIRO

Agradeço à Faculdade de Teologia de Braga da Universidade Católica e, em particular, ao senhor Cónego Pio Alves de Sousa, o convite para estar hoje aqui convosco, para conversarmos sobre formas de participação dos cristãos na vida social e política.

Dividi esta comunicação em quatro áreas, através das quais procurarei explicar o que penso da intensidade da presença dos cristãos na construção social e dos diferentes modos de encarar essa contribuição.

1. Intervenção política dos cristãos: direito ou responsabilidade? Apreciamos o direito, mas exercemos a responsabilidade?

Mesmo sem recorrer a grande investigação histórica, é sabido que a participação política dos cristãos foi, ao longo dos tempos, pretexto para críticas, apoios, debates, boas e más interpretações, excelentes exemplos, maus exemplos – um pouco de tudo.

Houve sempre quem desejasse uma intervenção activa dos cristãos nos negócios da política e também sempre houve os que a combateram e pretenderam eliminar.

Hoje em dia talvez não seja muito diferente.

Contudo, a maneira como perspectivamos a participação política dos cristãos, nada tem a ver com qualquer tentação de domínio e manipulação da actividade política.

O que desejo é que ao tomarmos consciência da nossa identidade cristã, sejamos também capazes de a projectar saudavelmente na sociedade.

Mas se é verdade que há quem pretenda ver os cristãos afastados da participação política empenhada, seria desejável ver mais cristãos decididos a não abdicar do que consideram ser seu direito.

A propósito dos debates sobre a Lei da Liberdade Religiosa e da própria Concordata, foi manifesta a vontade de alguns sectores apagarem, por assim dizer, a «Igreja do retrato». Desvanecê-la do quadro social, retirando-lhe a representatividade ou, se quiserem, desalojando-a do lugar natural que em Portugal a Igreja ocupa.

Nessa visão das coisas, os cristãos, e ainda mais os católicos, deveriam confinar-se ao templo, prescindindo do desempenho social que não estaria de acordo com a vocação religiosa específica. A Fé não diria respeito ao Homem no seu todo, mas seria reconduzida a uma crença religiosa que não deve contagiar o ser humano na sua relação social e muito menos contagiar o resto da sociedade.

Esta é uma concepção daqueles que na fidelidade aos seus princípios sempre se bateram contra uma presença viva da Igreja no tecido social. Para esses sectores, a Igreja representou e representa um empecilho numa construção social que dispensa o espiritual; e só tolera o espiritual se ele não se manifestar fora das quatro paredes do templo.

Direi também que esta visão encontrou terreno fértil, na apatia e indiferença social com que as sociedades (cristãos incluídos) passaram a encarar não apenas os outros, mas sua própria posição, na construção social.

De alguma forma, deixámo-nos embalar na sociedade do bem-estar e do consumo. Recusamos que ela seja uma finalidade, mas comportamo-nos, vezes demais, como se o bem-estar material pudesse dispensar a dimensão espiritual que dá sentido ao Homem e confere um rumo à Vida.

Sempre que alguém pretende impor concepções anacrónicas que colocam a Igreja num colete de forças, os cristãos, nessa altura, inquietam-se. Trata-se de um colete de forças disfarçado de respeito pela igualdade entre todas as confissões religiosas.

Com o pretexto de que os cristãos no passado nem sempre lidaram bem com a liberdade religiosa, há quem defenda formatos de liberdade vigiada, tratando por igual, realidades bem diferentes.

Reduz-se a liberdade religiosa, invocando, abusivamente, a própria liberdade religiosa.

Já se tentou, por diversas formas, em Portugal, mas agora cabe lembrar o que se passa neste momento em França. A partir dos acontecimentos do 11 de Setembro, gerou-se na sociedade francesa, mais intencionalmente ou menos, uma espécie de preconceito religioso de que a lei sobre o uso público de símbolos religiosos é um expoente. Preconceito que vê na religião causa de atritos sociais e conflitos internacionais. Entendimento que não distingue o que é verdadeiramente a Religião, daquilo que é o seu mau uso, a sua manipulação; por junto e atacado, responsabiliza-se a Religião por aquilo que vai mal, procurando ignorar a forma como outros factores – pobreza, sentimentos de injustiça, inferioridade económica crónica – são também empolados e instrumentalizados.

Não podemos ignorar as tradições históricas francesas que eventualmente ajudem a explicar esta reacção, mas parece-me que os países ocidentais nada têm a ganhar com este tipo de posições.

Obrigar as pessoas a esconderem aquilo em que acreditam, parece-me uma reacção extrema. Praticamente nos antípodas daqueles países muçulmanos em que religião surge quase como doutrina de Estado.

A evolução francesa cria uma espécie de constrangimento ou de recalca-mento religioso. Temo que não dê bons frutos.

Entre alguns casos de países muçulmanos com escassa liberdade religiosa / e a liberdade religiosa condicionada para onde parece caminhar a França, teremos que ser capazes de construir sociedades em que as diferentes confis-sões religiosas vivam e manifestem o espírito de Assis, tão bem desenhado no magistério do Papa João Paulo II.

Mas quando em nome da liberdade se ameaça a própria liberdade reli-giosa, reagimos contra o absurdo, e ficamos felizes quando algumas dessas concepções acabam por ficar pelo caminho e o essencial dos nossos direitos parece ser, afinal, respeitado.

Mas quanto a exercer esses direitos... já não é assim tão líquido.

Passada a ameaça, reconhecido o direito, custa-nos a assumir as conse-quências da nossa responsabilidade. Custa-nos a entender que o direito que pretendemos ver consagrado é, afinal, mais que um direito – constitui-nos num dever, numa responsabilidade.

Esta moeda também tem duas faces inseparáveis: numa está o direito e na outra a responsabilidade.

Para os cristãos, o compromisso com o outro e com os outros pode conhecer as mais diversas manifestações. Mas algumas delas passam por uma presença activa e construtiva na sociedade.

Gostamos de saber, todos nós, que somos o sal da terra. Mas será que temperamos adequadamente a nossa vida e vida dos nossos?

Ou demitimo-nos, vezes demais, da co-responsabilidade com que devemos encarar as nossas diferentes comunidades – do meu bairro, da minha empresa, da minha associação até à minha terra e ao meu país?

2. Participação nos partidos e para além deles

Utilizamos os instrumentos adequados nesta intervenção?

Importa também clarificar – de que falamos quando nos referimos à intervenção e à participação política dos cristãos?

Surpreendem-me, por vezes, posições que por aí encontro e que partem desta premissa: participação política é igual a participação partidária. E daqui segue-se a conclusão: como a vida partidária se rege por critérios que não condizem com o meu modelo de vida... não me interessa, não participo! E se calhar, até nem voto. Já que todos são iguais e ninguém faz nada de diferente e para melhor!

E concluímos, nesta linha de raciocínio, que se a vida partidária fosse flor que se cheirasse, aí sim, teria o nosso envolvimento. Se os partidos não fossem todos iguais e fizessem alguma coisa por nós, aí sim – estaríamos presentes.

Como as coisas são o que são, dispensamo-nos de procurar mudar os partidos, engrossando o número daqueles que lá militam à procura de soluções, baseadas em princípios e valores com que porventura nos identifiquemos.

Irritamo-nos com a inoperância partidária, mas convivemos confortavelmente com a nossa demissão. Que é uma abstenção, quanto ao papel dos cristãos como fermento na vida social e política.

Será que esta demissão quanto ao envolvimento nos partidos políticos, ajuda a melhorar a prática partidária?

Para o país, e para os valores que defendemos, é preferível deixar os partidos entregues apenas aos chamados aparelhos partidários e aos políticos de carreira?

Esta renúncia de muitos cristãos representa, afinal, uma confissão de desesperança na nossa própria capacidade de mudar o mundo. Confissão disfarçada de argumentos para sossegar a consciência.

Falamos do abismo. Estamos a contribuir para o evitar?

Claro que nem todos os cristãos têm que se empenhar nos partidos políticos. Estou convencido no entanto que há muita gente pelo país fora que podia fazê-lo. Porque tem capacidade, porque tem formação, porque tem generosidade, porque sabe empenhar-se e co-responsabilizar-se com os outros, na procura de caminhos diferentes daqueles que muitas vezes nos propõem.

Tenho a certeza de uma coisa: cada um de nós, não precisará de pensar muito para identificar entre amigos, colegas, familiares e conhecidos gente válida, profundamente cristã que ao participar na vida partidária estaria em condições de dar profundo testemunho da sua identidade. É um sinal de esperança, entre muitos outros que não podemos deixar de reconhecer.

Mas quem não dispõe das qualidades para a vida partidária específica, não significa que deva ficar parado, imóvel à porta da participação política.

É saudável e desejável que a vida partidária não esgote nem reduza outros modelos de intervenção na sociedade.

Sendo os partidos indispensáveis em democracia, há, no entanto, mais vida e participação política para além deles.

Associações – duradouras ou constituídas em função de um determinado problema social – clubes de ideias, sindicatos, confederações patronais, associações de pais – a nível de escola e a nível nacional – juntas de freguesia e câmaras municipais – onde há mais abertura aos independentes; escrevendo para os jornais, falando nas rádios ou nas televisões – fazendo chegar aos meios de comunicação as nossas ideias, propostas inquietações, avisos, reflexões. Há um sem número de exemplos que todos podíamos nomear.

É um território de missão, e um território fértil de missão, se a nossa participação reflectir, no terreno social, o que somos e as convicções mais pro-

fundas que temos, tantas vezes transportadas no silêncio mais confortável de nós mesmos.

A nossa demissão constituirá uma decepção quanto ao que se espera dos cristãos e do seu compromisso com o próximo. Também desta forma, me afastou ou me aproximo mais dos meus irmãos.

O nosso lugar vazio na sociedade será ocupado. E nesse caso, nem legitimidade teremos para lamentar essa substituição.

Vale a pena pensar também nas consequências que esta visão de cristãos de sofá, avessa a compromissos na acção social, provoca nas gerações mais novas – crianças, adolescentes, jovens. Como impedir (é nosso dever fazê-lo!) que se deixem arrastar pela descrença que partilham diariamente com pais e educadores e que observam frequentemente nos meios de comunicação social?

Em todo o caso, não é possível ignorar sinais de esperança dos últimos anos e meses. Em pequenos grupos e associações têm aparecido preocupações com a vida social; cristãos que sentem como seu, o dever de participar na vida pública, promovendo reflexões, documentos, tomadas de posição. E outros até com iniciativas bem concretas, por exemplo, no domínio da defesa da vida, com o surgimento de mais casas de apoio a mães e a crianças em dificuldade.

Estes sinais de esperança devem ser acarinhados também dentro da Igreja. Representam um contributo contra o comodismo e a instalação.

Não podemos, porventura, estar de acordo com todas as actuações destes cristãos, que também erram. Mas no momento de os criticarmos, explicando como tudo se faz, do alto da nossa inacção, lembremo-nos que para errar é preciso agir. Só não erra, quem cruza os braços e está parado.

3. O que levamos connosco

Aquilo que somos ou aquilo em que nos tornámos?

Aqui chegamos a um ponto decisivo. Como traduzir a identidade cristã, na minha participação social?

«O nosso segredo mais bem guardado» é o sugestivo título de um livro dedicado a um dos «segredos» mais surpreendentes da Igreja Católica. Qual segredo? – A Doutrina Social da Igreja.

Provavelmente, todos nós, na Igreja, temos uma quota-parte de responsabilidade no facto de a Doutrina Social da Igreja ser um segredo ou tesouro tão bem guardado: porque não quisemos saber mais ou porque não demos mais a conhecer.

Mas se formos, um pouco mais longe que seja, na nossa formação, não custa perceber que os cristãos têm na defesa dos princípios da Doutrina Social da Igreja, o melhor dos «manuais» quanto ao modo de intervenção na vida pública. Se soubermos ler a Doutrina Social da Igreja, se a soubermos interpretar, se a soubermos adaptar aos sinais que se lêem constantemente nas nossas sociedades.

É também aqui um momento de discernimento e de escolha. Não é simples, é exigente e às vezes incómoda, a opção pela Doutrina Social da Igreja e pelo humanismo integral e solidário que nos propõe.

No meio de uma fortíssima concorrência de mensagens que se desenvolve nas sociedades contemporâneas, os cristãos possuem um rumo, nos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja, rumo com uma actualidade impressionante.

Há, evidentemente, alternativas legitimamente diferentes, quando se procura concretizar esses princípios.

É por isso normal, vemos cristãos em diferentes lados do espectro partidário, procurando, ainda assim, ser fiéis às suas convicções.

E estas, as convicções, porque mais profundas – resultado de uma maturação que o Cristão não pode dispensar – devem determinar as opções concretas.

A primeira filtragem que os cristãos devem usar na avaliação de opções e propostas diz respeito, portanto, às suas convicções alicerçadas na Doutrina Social da Igreja.

Mais do que entusiasmados com uma ideia concreta, é normal esperar-se dos cristãos o compromisso com os grandes princípios resultantes da Fé.

O entusiasmo conjuntural é fácil. Mais difícil é o compromisso. Compromisso na palavra e na acção. Compromisso consequente, permanente. Compromisso activo e efectivo. Sempre perfeito? Claro que não. Mas sempre em busca de melhor interpretar e desempenhar o papel de cristãos autênticos.

Depois, é possível, conforme os diferentes enquadramentos e sensibilidades, extrair conclusões diferentes: Com Fé e também com boa-fé.

Não é impossível que usando de boa-fé, os Cristãos possam, genuinamente, chegar a diferentes opções de voto.

Em tese geral, tenho reservas quanto aos conselhos daqueles que nos dizem que o voto dos cristãos só é compatível com um determinado partido político. Esse entendimento levaria à constituição de partidos católicos, ou cristãos, transformando a Religião numa espécie de sistema de governação, candidata ao domínio do Estado.

Essa seria uma linha que não serviria a Igreja e implicaria novas e maiores dificuldades.

O que se pede aos cristãos é o discernimento constante, ancorado nas convicções mais profundas da Fé, ajuizando em cada passo as melhores opções.

Opções determinadas por aquilo em que acreditamos mais profundamente. De forma reflectida, ponderada, muitas vezes sofrida.

Sofrida, porque estas opções públicas, quanto ao sentido da nossa intervenção, têm que passar, antes de mais, por uma conversão interior.

Como posso defender na praça pública certas posições, se na minha vida privada, pessoal, familiar não as ponho em prática, não as sinto, não as vivo? Se no meu local de trabalho, não as assumo? Se no meu círculo de amigos me deixo embalar no chamado «politicamente correcto»?

Intervir na vida social, implica também, e à partida, conversão do coração. E coerência de pensamento com a acção.

Se o meu coração estiver demasiado endurecido pela vida ou se tiver cedido à banalização, ao relativismo, à indiferença - acabarei por transportar para a vida social mais aquilo em que me tornei e menos aquilo que mais profundamente sou ou deveria ser.

Sem pretender, ser exaustivo, deixo alguns tópicos quanto a uma intervenção social ancorada no cristianismo.

Podemos começar pelo **direito à vida** – do primeiro momento em que ela se manifesta até ao último sopro de vida terrena. Defender a vida e o direito à

vida é um dever para os cristãos. Não podemos encarar a vida como algo que eu – pai, mãe, filho, neto seja quem for – posso decidir tirar ainda antes do nascimento ou abreviar à beira da morte.

A Ciência diz-nos, cada vez com maior precisão e certeza, quando e até quando há vida. Mesmo assim, continua a pôr-se uma pedra em cima dessas avaliações, pretendendo que a vida do nascituro ou do moribundo deve estar sujeita às conveniências, opiniões e desejos de familiares ou amigos.

Como se a vida fosse uma mercadoria ou uma propriedade administrável, de acordo com as minhas necessidades ou em função dos meus planos de vida.

Mas se o primado da Vida é algo de natural e sagrado para os cristãos, não podemos também ignorar o sofrimento genuíno de muita gente, colocada perante dilemas interiores, face a certas circunstâncias. Gente que nestas questões da vida é colocada perante fronteiras que temos dificuldade em avaliar, porque não estamos no seu lugar.

O sofrimento de quem é atravessado na vida por circunstâncias tão especiais deve merecer o nosso respeito e o nosso olhar sempre cristão, próximo de quem sofre.

Por isso, temos que deixar a nossa marca cristã, também nos debates sobre a vida e sobretudo nas iniciativas que somos capazes de tomar para a defender, mesmo quando esse debate não está no auge. Não abdicando do que profundamente pensamos e praticamos, mas procurando chegar aos outros, privilegiando o diálogo sereno; evitando a gritaria de surdos em que o objectivo é somente falar mais alto e averbar efémeras vitórias.

Mas se o respeito pelo carácter sagrado da Vida é uma linha determinante não podemos também ignorar que há Estados e governos (muitos fazendo parte do que é costume chamar «mundo civilizado») que entendem que a vida pode ser tirada ou poupada pelos tribunais.

A **pena de morte** é ainda uma vergonha que não nos deixa em paz com a civilização que estamos a legar ao futuro.

Por outro lado, o amor pela vida implica também o amor pela dignidade da vida. **Amor pela dignidade com que se vive a vida.** Por isso, é compreensível e desejável uma **atenção preferencial pelos pobres.**

Muitas vezes damos por nós a discutir os problemas da classe média. Somos a maioria e por isso achamo-nos no direito de querer mais e melhor. E comparamo-nos com os outros, lá fora, europeus de preferência. Queixamo-nos porque a nossa classe média está muito longe do poder de compra da classe média espanhola, aqui ao lado, ou da classe média francesa, alemã – por aí fora.

Esquecemo-nos de um pormenor: os problemas da classe média são problemas médios ou mesmo pequenos, quando comparados com os grandes e enormes problemas dos mais pobres.

Para os mais pobres, a comparação com as classes médias de outros países chega a parecer insultuosa, tal o nível de pobreza em que ainda vivem muitos portugueses.

Estudos recentes apontam para que cerca de 20% da população portuguesa viveria no limiar da pobreza ou em pobreza profunda.

Outro estudo do Ministério da Segurança Social, divulgado na semana passada, concluía que há um conjunto de regiões do país ameaçado pela morte social. Sem emprego, produtividade, com economia de pura subsistência.

Isto significa que a vida e a dignidade da vida de muitos portugueses ou estrangeiros que connosco vivem está ameaçada.

Tendo em conta as condições de miséria em que vive um bilião de seres humanos, o Papa convida-nos a revisitar o princípio do destino universal dos bens, como forma de enfrentar, adequadamente, o desafio da pobreza.

Na sua mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2005, com o sugestivo título *Não te deixes vencer pelo mal, vence antes o mal com o bem*, o Papa João Paulo II estimula a comunidade internacional «a regulamentar o bom emprego dos bens públicos, inspirando-se nos princípios universais da equidade e da solidariedade».

E o Papa reafirma nesta mensagem o que já tantas vezes disse e escreveu: «A Igreja convida os fiéis crentes em Cristo a manifestar, **de maneira concreta e em todos os âmbitos, um amor preferencial pelos pobres**».

Esta insistência do Papa é daquelas que dói, vai ao centro da questão. O Papa não nos convida a uma mera preocupação genérica com os mais pobres, daquelas que ficam bem na fotografia. O Papa diz que devemos manifestar esse amor de forma concreta, específica e, não menos importante, em todos os âmbitos. Não é só quando dá jeito ou fica bem – em todos os âmbitos.

Os cristãos na política – partidária ou não partidária – não podem, portanto, deixar de assumir esta atenção preferencial pelos pobres como verdadeira prioridade da sua acção. Sem ostracizar nem condenar os ricos só porque o são; mas convidando-os a colaborar nesta missão que é de todos e a todos pertence; e pondo em evidência também a necessidade de políticas sociais, fiscais, laborais, educativas que tragam o homem para o centro das nossas preocupações e atenções.

O lucro é necessário nas empresas e na actividade económica. Mas **o lucro não pode ser finalidade única, escravizando e submetendo o homem**. Colocando o homem ao serviço do lucro; e não o lucro ao seu serviço.

De resto, pensar que só os mais pobres correm o risco de se tornar escravos da ambição alheia pelo lucro é puro engano. Os mais ricos que não souberem ou não quiserem inverter a espiral da pura ambição financeira, serão os primeiros escravos dos seus objectivos, auto-limitando-se na sua própria dignidade.

Na **questão fiscal**, por exemplo, como é possível não nos indignarmos contra as sistemáticas fugas ao fisco e as manobras para o evitar?

É aceitável que profissões habitualmente bem remuneradas escapem aos impostos?

É defensável que haja empresas que se mantêm a trabalhar anos a fio, mas apresentando quase sempre resultados magros ou negativos, apenas para evitarem os respectivos pagamentos fiscais?

A honestidade fiscal é indissociável de uma visão solidária da sociedade.

Sou solidário quando contribuo para grandes campanhas, face a determinadas catástrofes e calamidades, mas quando fujo ao fisco não percebo que estou a afastar-me dessa mesma solidariedade, para com aqueles que ao pé de mim, vivem em condições tantas vezes degradantes.

É mais fácil ser solidário e caridoso com aqueles que estão longe e não vejo, do que com aqueles por quem passo todos os dias, nas ruas ou mesmo nos nossos locais de trabalho. Aí, quantas vezes não fecho os olhos, incomodado pela rudeza da realidade?

E quanto não fica por fazer, pelo facto de a evasão fiscal estar tão enraizada que chega a ser encarada como proeza saudável que só os tansos, perdoem-me a expressão, não cometem? Os ditos «tansos» são, afinal, aqueles que trabalhando por conta doutrem quase nunca podem fugir aos impostos.

Defender-se-ão alguns, dizendo que fogem aos impostos porque os políticos e o Estado administram mal o nosso dinheiro.

Concordo que devemos ser exigentes na nossa relação com quem nos governa, mas só o cumprimento das nossas obrigações nos dará legitimidade para essa exigência. Se formos exigentes connosco, ninguém estranhará que usemos de idêntica exigência na relação com o poder político.

E se falarmos da Saúde, como justificar certas reacções quando somos chamados a pagar alguns cuidados de saúde, em função, precisamente, da nossa saúde económica?

Como não perceber que os verdadeiramente pobres, esses sim, devem ter os cuidados essenciais de saúde gratuitos e que eu devo pagá-los, na proporção dos meus rendimentos?

São alguns dos pecados sociais, na terminologia adoptada pelos bispos portugueses na carta pastoral sobre a responsabilidade pelo bem comum.

Mas temos outros exemplos. Como é que nós, cristãos, olhamos para a paz? Somos ou não coniventes com formas violentas de impor a vontade?

Apoiamos políticas musculadas baseadas na força e no poder militar, designadamente quando ainda não se esgotaram alternativas que procurem estimular confiança e a proximidade entre os povos?

Somos fiéis, nesta matéria, aos ensinamentos do Papa que não se cansa de alertar o mundo explicando que «a guerra é sempre uma derrota da humanidade»?

Mas, o discernimento implica lucidez também noutros planos, desde logo quanto à **atitude e método que adoptamos na nossa participação política**.

Não é desejável, por exemplo, ver os cristãos prescindirem de um saudável espírito crítico, apoiando posições ou não as contrariando, só porque elas foram banalizadas e entendidas como «normais» por muita gente.

E nesta participação política, devemos também analisar se aderimos mais a pessoas ou a ideias.

Participamos numa espécie de culto pessoal, face a dirigentes e responsáveis? Ou avaliamos o seu desempenho confrontando-os com a forma como defendem e levam à prática as propostas que nos fazem?

Deixamo-nos enredar e atrair para todos os debates, sem distinguir os acessórios dos essenciais? Ou escolhemos os mais importantes, avaliando-os e assumindo-os à luz da Fé?

E estamos mais preocupados com modelos de sociedade ou com a solução dos problemas individuais ou de um dado grupo social ou profissional, porventura o nosso?

Preocupam-nos mais os critérios de fundo, estruturais? Ou somos rapidamente seduzidos pela resolução conjuntural, tantas vezes aparente, de uma determinada questão?

Para esta visão é também necessário mudar culturalmente. Rever critérios de análise e de comportamento. O que é realmente importante na minha vida e no meu desempenho social?

É indispensável rever o nosso olhar sobre os outros e sobre nós mesmos. Às vezes, nas pequenas coisas, explicam-se os fracassos nas coisas maiores. Pensemos em certos comportamentos sociais, tão simples que às vezes parecem detalhes: a organização de um dia de trabalho; o desrespeito pelo nosso horário e pelo horário dos outros e respectivas consequências.

Estas são situações vividas como meros pormenores, mas têm o valor de circunstâncias essenciais. A nossa participação, o nosso desempenho como cristãos, também passa por aqui.

São apenas alguns tópicos do mundo de desafios que a participação política encerra para os cristãos.

Mundo de desafios que é um mundo de oportunidades para afirmarmos a nossa condição de crentes, homens de esperança. Não se pode ser crente sem acreditar. Não se pode acreditar, desistindo. Não se pode desistir sem que tal implique um confronto sério comigo próprio – um profundo exame de consciência sobre a forma como ponho em prática aquilo que digo ser.

4. Desafios do momento

A esperança resignou?

É sabido que o mundo atravessa momentos difíceis. A Europa em que nos situamos não é excepção. E Portugal muito menos.

- Quando verificamos que todos os anos morrem milhões de pessoas à fome;
- Quando desconfiamos que em certos conflitos político-militares há forças antagónicas que jogam a sua sobrevivência na continuação desses mesmos conflitos;

– Quando vemos o terrorismo aproveitar-se do desespero de uns quantos, para tomar forma de um polvo com evidentes ramificações políticas e financeiras;

– Quando analisamos a ambição sem limites de grandes ou pequenos Estados convencidos de que o desenvolvimento de armamento letal de última geração é a garantia de uma supremacia política, regional ou mundial;

Quando analisamos estes e outros factores não podemos concluir que as coisas são fáceis.

No plano europeu, a maior integração económica ou financeira está ainda longe de corresponder a uma integração social e a uma coesão cultural. Com reflexos no correspondente défice de afirmação política.

Não é possível afirmar politicamente a Europa porque muitos dos países que a integram ainda não se pensam eles próprios como europeus. E é compreensível que assim seja, já que esta mutação cultural é naturalmente mais lenta do que quaisquer directivas emanadas de Bruxelas.

Portugal (mesmo agora com um presidente da comissão europeia que é português) ainda olha para o modelo europeu como algo meio nebuloso que, entre uns tantos constrangimentos, tem, apesar de tudo, a vantagem de ir financiando certas carências nacionais.

Olhamos para a Europa como um banco simpático e geralmente amigo, enquanto fornecedor de verbas para o desenvolvimento, mas desagradavelmente intolerante e impertinente no momento em que desata a ser exigente com os equilíbrios das finanças nacionais.

Na actual conjuntura, pesa também negativamente uma crise económica mal resolvida, uma retoma débil e a sombra já anunciada de novos ventos recessivos para a economia.

Por outro lado, cresce a desilusão com o desempenho dos políticos:

- A forma como exercem o poder;
- A forma como interrompem o exercício das suas funções;
- A forma como administram o país e exercem a autoridade do Estado;
- A forma como se conduzem na vida social e as mensagens que assim transmitem à sociedade;

Tudo agravado pelo aparente esgotamento ou afunilamento de alternativas e por outros mecanismos sociais que só às vezes conseguem remar contra a maré, mas muitas vezes também contribuem, objectivamente, para um clima

menos positivo. Entre outros, cito o caso da comunicação social – por vezes deliberadamente pessimista, mas em muitas outras situações, apenas e simplesmente realista.

Neste quadro, há muita gente a encolher os ombros. Como se o problema estivesse nos outros e não começasse, tantas vezes, por nós mesmos e pelo peso do nosso olhar.

As questões que enfrentamos, no país e no mundo, são diferentes, mas não são necessariamente mais graves do que outras que o país e o mundo conheceram na sua História.

Há um mês atrás, os bispos portugueses, em comunicado do Conselho Permanente da Conferência Episcopal, puseram o dedo na ferida dizendo: «...Que ninguém se esconda por detrás das desculpas habituais – estamos cansados dos políticos; isto não tem solução; para quê votar se é sempre a mesma coisa. Não esqueçamos que só tem direito a criticar quem se empenha generosamente na busca de soluções».

Na mesma linha veio depois a Comissão Nacional de Justiça e Paz sublinhar, entre outros, mais um excerto deste comunicado dos bispos, quando exorta «cada um de nós a tudo fazer para forçar os partidos a porem o acento da sua intervenção na qualidade das propostas que nos fazem, na competência e dignidade das pessoas e não apenas nos discursos que o ambiente de campanha habitualmente inflama».

São chamadas de atenção significativas. Na sequência de outros pronunciamentos do Episcopado português, nos últimos anos.

Há dois anos, por exemplo, antes das últimas eleições legislativas, a nota pastoral dos nossos bispos falava-nos, entre outros pontos, da especial sensibilidade de um acto eleitoral a meio da legislatura. «Um acto eleitoral que interrompe a meio uma legislatura, indica, por si mesmo, a necessidade de um esclarecimento político sobre os destinos da comunidade nacional, o que sugere um particular empenhamento dos cidadãos na reflexão sobre os problemas nacionais e os caminhos de solução a escolher».

Relembro estas palavras dos nossos bispos escritas em 2002, porque também hoje somos confrontados com uma legislatura interrompida sensivelmente a meio. E também porque não vale a pena encarar a nossa situação e os nossos problemas como um incidente momentâneo.

As tarefas que temos pela frente, como país, não nasceram hoje, mas ontem. E implicam escolhas criteriosas; o mais criteriosas que pudermos e soubermos.

De facto, não escolher é outra forma de desistência. A abstenção é um alheamento e uma desresponsabilização. Dá menos trabalho do que informar-me, estudar propostas, esclarecer dúvidas e formar opinião quanto aos critérios em que o meu voto deve estar ancorado.

Baixar os braços não constitui processo de resolver qualquer problema que enfrentemos, seja em que esfera for.

É por vezes uma tentação enorme. Ceder-lhe tem um certo sabor de traição à nossa condição de católicos ou cristãos.

Quem é portador da Boa Nova só pode estar do lado da participação – por mais difícil que ela se apresente. O meu contributo para o país tem que ser dado pela positiva.

Olhada a situação nacional, devidamente aferida pelos critérios que mais profundamente orientam a minha vida – decido e escolho. E não o faço isoladamente. Tenho que convencer outros indiferentes a não se renderem à desilusão e ao comodismo. Podem não pensar como eu, mas é essencial que não se desliguem do país e sobretudo que não se desliguem e desinteressem do bem comum.

E é bom voltarmos, neste ponto, ao ensinamento do Papa na sua mensagem para o Dia Mundial da Paz. Pergunta João Paulo II: «Poderá por acaso, a pessoa realizar-se plenamente a si própria, prescindindo da sua natureza social, ou seja, do seu ser ‘com’ e ‘para’ os outros?»

O bem comum, continua o Papa, tem a ver com todos: «família, grupos, associações, cidades, regiões, Estados, a comunidade dos povos e das nações».

«Todos, de alguma forma, estão implicados no compromisso pelo bem comum, na busca constante do bem dos outros como se fosse o próprio».

Cá está a exigência, o compromisso, aqui está a tarefa grande, trabalhosa, mas aliciante, dos cristãos no mundo.

Nesta tarefa, inclui-se a necessidade de um diálogo intenso, de verdadeira partilha e de sabor solidário. Diálogo mesmo com aqueles que pensam diferente. Talvez consigamos descobrir áreas em que todos nos possamos rever. Orientações comuns. Princípios de aceitação, tendencialmente geral. É um passo, porventura, na direcção certa. Virando as costas ao cinismo mais fácil, mas improdutivo.

Não se vê que países tão pequenos como Portugal possam avançar com tantas divisões ou cegueiras.

Em áreas chaves para qualquer país, e também para o nosso, são necessárias plataformas de entendimento quanto a certos quadros de referência.

Na educação, por exemplo, sucedem-se as reformas, sucessivamente emendadas e retocadas pelos governos, uns após outros.

A velocidade reformista impede estabilidade das escolas, dos professores, dos pais e dos alunos e torna impossível uma justa avaliação da bondade das várias medidas introduzidas.

Uma plataforma de entendimento quanto às reformas curriculares, a par de outras situações, ajudaria, certamente, a estabilizar a educação.

Como seria bom também que às famílias fosse reconhecido direito e liberdade de escolherem o projecto educativo mais adequado aos seus filhos.

E o mesmo se diga quanto à Justiça, à Saúde ou ainda no que toca à reforma do Estado e da Administração Pública.

São áreas críticas para o futuro de Portugal. O país só tem a ganhar com entendimentos alargados, nestes domínios.

Para esta aproximação é necessária coragem política. Hoje em dia, diz-se que os dois principais partidos portugueses são muito parecidos e não propõem nada de substancialmente diferente, excepto no que toca a pessoas, excepto no que toca à defesa de alguns interesses corporativos que tratam o Estado como seu.

Já que têm a fama, era bom que o país tivesse o proveito, vendo essa aproximação consumir-se em dois ou três grandes objectivos verdadeiramente nacionais.

Dizem os especialistas que Portugal precisa de rever a sua estratégia produtiva, as suas opções económicas recentrando actividades, descobrindo outras potencialidades geradoras de riqueza, justamente distribuída.

Onde está o esforço de definição dessas prioridades abrangendo não só os partidos, mas os agentes sociais em geral?

A coragem de fazer consensos só está ao alcance de dirigentes fortes, dotados de elevado sentido de responsabilidade. Consensualizar não é prova de fraqueza, ao contrário do que afirma a propaganda dominante.

Os cristãos na política (dentro ou fora dos partidos) podem ajudar a agregar posições e propostas: construindo um caminho em comum, lento, mas gradual e indispensável.

O perigo de nos deixarmos entrincheirar nas nossas posições, sem assumir a necessária componente de diálogo cultural, deve ser acautelado.

A avaliação crítica da sociedade não pode ter como resposta, fecharmos a porta da nossa trincheira, combatendo, a partir dela, o mundo que não nos compreende.

Pelo contrário: quanto mais crítica for a avaliação da sociedade, maior a necessidade de nos fazermos ao largo, neste território de missão.

Ficamos por vezes demasiadamente presos ao discurso da crise dos valores. Ora os valores não estão em crise. Eles mantêm intacta a sua actualidade e aplicabilidade.

Em crise está o acolhimento que lhes damos e a forma como os vivemos, protegemos e promovemos.

A chamada crise de valores é, afinal, a nossa própria crise de afirmação desses valores.

Participar na vida social, intervir na vida política é sem dúvida uma das boas formas de proteger e de promover os valores cristãos que afirmamos professar.